



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



Câmara Municipal de Guaíra  
A Comissão de Constituição  
Legislação e Justiça.

Em, 17 de 10, 2022

PROJETO DE LEI Nº

060

Data: 13.10.2022

/2022.

**Ementa:** "Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação, no âmbito do município de Guaíra, estado do Paraná, de microchips para a precisa identificação de cães e gatos domésticos.

**Presidente**

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Todos os cães e gatos com idade superior a 1 (um) ano existentes no município de Guaíra, Estado do Paraná, deverão, obrigatoriamente, ser identificados através de microchip eletrônico e registrados no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Agricultura, Infraestrutura e Meio Ambiente e no Centro de Controle Animal.

**Art. 2º** Os proprietários de cães e gatos terão o prazo de 2 (dois) anos após a publicação desta lei para identificar seus animais através de microchip eletrônico.

**Art. 3º** O microchip eletrônico será fornecido gratuitamente pela Município através da Secretaria Municipal de Agricultura, Infraestrutura e Meio Ambiente.

**Parágrafo único.** A identificação eletrônica do animal será efetuada com a inserção subcutânea de "microchip", em localização anatômica biocompatível, e aplicado exclusivamente por Médico Veterinário legalmente inscrito em seu conselho profissional competente.

**Art. 4º** O microchip, deverá:

- I - ser confeccionado em material esterilizado;
- II - conter prazo de validade indicado;
- III - ser encapsulado e com dimensões que garantam a biocompatibilidade; e
- IV - ser decodificado por dispositivo de leitura que permita a visualização dos códigos de informação.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



§ 1º Os dados referentes à identificação e cadastro do animal, bem como os dados do tutor responsável serão cadastrados em sistema informatizado após a microchipagem do animal no Centro de Controle Animal.

§ 2º Os dados para cadastro dos animais no sistema informatizado serão:

I - Número do R.G.A. (microchip);

II - Data do registro;

III - Espécie, nome do animal, sexo, raça e cor;

IV - Idade real ou presumida e;

V - Nome completo do proprietário, número do R.G. e C.P.F., endereço completo e telefone de contato.

§ 3º O procedimento será realizado através de agendamento prévio (data e horário) e o animal deverá ser levado pelo seu tutor ao Centro de Controle Animal, para ser implantado o microchip eletrônico.

**Art. 5º** Após o prazo estipulado de 2 (dois) anos da publicação desta lei, os proprietários que não registrarem seus cães e gatos através de microchip eletrônico estarão sujeitos a:

I - notificação, emitida por fiscal ambiental do órgão municipal responsável pelo Centro Controle Animal, para que proceda o registro de todos os animais no prazo de 30 (trinta dias);

II - vencido o prazo estipulado na notificação, será emitida multa de 1(uma) UFG por animal não registrado no prazo estabelecido; e

III - na reincidência a multa será aplicada em dobro.

**CAPÍTULO I**  
**DO REGISTRO DE ANIMAIS POR CRIADORES COM FINALIDADE COMERCIAL**

**Art. 6º** Todo munícipe que cria cães e gatos com finalidade comercial, para venda ou aluguel de animais, caracteriza-se proprietário de criadouro.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**Art. 7º** Fica obrigado todo o criador, independente do total de animais existentes, a registrar seu canil ou gatil no Centro de Controle Animal, além de submeter seu comércio a todas as outras exigências impostas por normas Municipal, Estadual e Federal.

**Parágrafo único.** O Centro de Controle Animal informará ao proprietário de canis e gatis comerciais todas as exigências que deverão ser cumpridas, visando a obtenção da licença e dos alvarás necessários de que trata o caput deste artigo, que deverá ser renovada conforme legislação pertinente.

**Art. 8º** No ato da venda, ou após o desmame de cães e felinos, o animal deverá ser registrado eletronicamente através de microchip, com as custas por conta do proprietário do criadouro e os dados do animal repassados para o Centro de Controle Animal.

**Art. 9º** Constatado pelo Fiscal Ambiental, o descumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 7º desta Lei, estará sujeito o proprietário:

I - a notificação para que providencie a licença ou respectiva renovação no prazo de trinta dias;

II - findado este prazo, acarretará:

a) multa no valor de 01 (uma) UFG em vigência e cessão de prazo de 30 (trinta) dias para regularização; caso ainda não exista licença após novo prazo;

b) multa no valor de 01 (uma) UFG acrescida de cinquenta por cento (50%) do valor da UFG em vigência, caso a licença continue vencida; e

III - a cada reincidência, acréscimo de cinquenta por cento (50%) do valor da UFG em vigência acrescido à multa anterior.

## **CAPÍTULO II**

### **DO REGISTRO DE ANIMAIS POR ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS**

**Art. 10** Os proprietários de estabelecimentos comerciais que praticam a venda de animais de estimação, localizados no Município de Guaíra, ficam obrigados a identificar eletronicamente todos os cães e gatos, com as custas por conta do proprietário do estabelecimento e os dados do animal e proprietário repassados para o Centro de Controle Animal.

§ 1º Os animais só poderão ser expostos e comercializados se estiverem eletronicamente identificados e cadastrados junto ao Centro de Controle Animal.

§ 2º O registro deve conter:





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



I - número do R.G.A. (microchip);

II - data do registro;

III - nome do animal, espécie, porte, sexo, raça e cor, bem como sinais ou peculiares, se existirem, de cada animal e;

IV - idade real ou presumida.

**Art. 11** No momento da venda do animal, deve ser incluído no registro eletrônico os dados do comprador, onde fará constar o nome completo, número do R.G. e C.P.F., endereço completo e telefone de contato.

§ 1º A inobservância do citado no Artigo 11, mantém o cadastro e registro do referido animal identificado eletronicamente sob a responsabilidade do criador responsável pelo registro do mesmo.

§ 2º O comprador e/ou adotante deve ter, no mínimo, dezoito anos de idade completos no momento da compra e/ou adoção.

**Art. 12** Os animais que não forem vendidos poderão ser doados a quem se disponha a adotá-los, sendo obrigatória a inclusão, no registro, dos dados da pessoa que os adotar, da mesma forma que o previsto no art. 11 desta Lei.

**Art. 13** O descumprimento do disposto do art. 10 ao art. 12 desta Lei acarretará as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 05 (cinco) UFG's e;

III - cassação do alvará de licença de estabelecimento, em caso de nova infração.

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 14** Os animais recolhidos ou apreendidos sem identificação deverão, obrigatoriamente, ser registrados eletronicamente no Centro de Controle Animal.

**Art. 15** Quando houver transferência de propriedade do animal, o novo tutor deverá comparecer ao Centro de Controle Animal, para atualização dos dados cadastrais, em um prazo de 60 (sessenta) dias.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**Parágrafo único.** Enquanto não for realizada a atualização do registro eletrônico, o tutor anterior do animal ou seu detentor permanecerá como responsável único pelo animal, respondendo administrativamente, civil e penalmente pelas ações dele.

**Art. 16** Em caso de óbito do animal, cabe ao tutor comunicar o ocorrido ao Centro de Controle Animal.

**Art. 17** Fica terminantemente proibido o abandono dos animais descritos nesta Lei, e constante de Leis Municipais, Estaduais e Federais Competentes.

**Art. 18** Proprietários de animais eletronicamente identificados soltos em via pública ou vítima de maus tratos estarão sujeitas as penalidades constantes da Lei Municipal nº 2.091, de 03/05/2019 e Lei Complementar Municipal nº 3, de 02/01/2008, além das penalidades civil e criminal prescritas em legislação.

**Art. 19** Todo tutor ou responsável pela guarda de um animal é obrigado a permitir o acesso Fiscal Ambiental, quando no exercício de suas funções, às dependências do imóvel e alojamento do animal.

**Parágrafo único.** O desrespeito ou desacato ao agente público, ou ainda, a obstaculização ao exercício de suas funções, sujeitam o infrator as sanções previstas em legislação específica.

**Art. 20** Os valores recolhidos em função das penalidades previstas por esta Lei serão revertidos ao Centro de Controle Animal.

**Art. 21** Os órgãos municipais responsáveis pela identificação eletrônica dos animais deverão dar a devida publicidade a esta Lei assim como prover a operacionalidade desta.

**Art. 22** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 23** Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2022.

Câmara Municipal de Guaíra  
APROVADO em 1ª discussão  
p/.....  
Em, 07/11/2022  
Presidente

*Karina Bach*  
**KARINA BACH**  
Vereadora Autora

Câmara Municipal de Guaíra  
APROVADO em 2ª discussão  
p/.....  
Em, 16/11/2022  
Presidente